

Adaptações curriculares e os desafios dos docentes na inclusão escolar: um estudo de caso

Maria do Socorro Pereira Santos

D'layne Giordana Pereira Soares

Introdução

Uma das grandes dificuldades hoje enfrentadas por muitos professores que têm alunos com deficiência em sala de aula comum refere-se à problemática que consiste no seguinte questionamento: como fazer para trabalhar com esse perfil de aluno? Cabe, neste contexto, pontuar que essa realidade é mundial e difícil de ser resolvida. Entretanto, ainda que seja uma tarefa árdua adaptar conteúdos curriculares para alunos com deficiência, o desafio está sendo lançado cotidianamente, cabendo à comunidade escolar, sobretudo, aos professores estudar estratégias, desenvolvê-las e apurar seus respectivos resultados, os quais certamente serão surpreendentes.

As adaptações curriculares para alunos com deficiências são importantes para a construção do conhecimento, pois permitem que haja um aprendizado significativo. Possibilita também uma proximidade com a realidade existente, desenvolvendo, no mesmo, o sentimento de utilidade, levando para sua família algo que considere novidade.

Com base nestas premissas, a relevância da pesquisa está relacionada ao contexto atual, especialmente no que diz respeito à reflexão sobre como ocorrem as práticas docentes no que concerne este diferencial: o ensino inclusivo e a forma como essa temática está sendo discutida e trabalhada na escola. Para isso direcionou-se a pesquisa aos professores dos anos finais da Escola Municipal Maçaranduba I, com o fim de compreender quais adaptações curriculares foram feitas para facilitar o aprendizado dos alunos deficientes nas salas de aulas do ensino regular.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em compreender como os professores fazem as

adaptações de seus conteúdos curriculares para poder facilitar o aprendizado desses alunos. Frente a este fator central foram surgindo outros objetivos como: conhecer o currículo adaptado e as estratégias de ensino no contexto inclusivo; avaliar como os professores fazem as adequações curriculares de pequeno porte para trabalhar com alunos especiais na sala regular e verificar se os professores do ensino regular trabalham em parceria com os profissionais da sala de atendimento educacional especializado – AEE para melhor incluir os alunos com deficiência.

O artigo pauta-se na revisão bibliográfica, de cunho qualitativo, sendo um estudo de caso sobre o tema abordado. Para desenvolver tal pesquisa utilizou-se dentre vários teóricos: Minayo (2009), Creswell (2007), Glat e Oliveira (2012), Carvalho (2010) Sobral (2011), MEC (2008) e consultas realizadas à Declaração de Salamanca (1994).

Metodologia

A metodologia é caminho ou passo para pesquisar um objeto ou problema, pois para se chegar à solução de um problema que inquieta, precisa-se seguir ações metodológicas para executar uma pesquisa coerente. Acerca desta questão Minayo (2009) diz que toda pesquisa deve ter um embasamento para se justificar algo.

A referida pesquisa surgiu por meio de observações na Escola Municipal Maçaranduba I, Coroatá-MA, para conhecer e entender como os professores do ensino fundamental maior dos anos finais fazem para adaptar seus conteúdos curriculares de acordo com as necessidades de alunos especiais matriculados na sala de aula regular.

Para melhor direcionamento do estudo, buscou-se inicialmente a utilização da pesquisa bibliográfica para subsidiar as teorias que fundamentam as discussões objeto do estudo, e ainda servir de base para a construção da investigação ora apresentada, segundo nos afirma Creswell (2007).

Ainda, referente à importância de se desenvolver linhas investigativas sobre determinado objeto, Denzin e Lincoln (2006), asseguram que a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Observa-se, então, que a definição da pesquisa anterior tem uma estreita relação com a pesquisa de campo, pois ambas pretendem buscar a informação diretamente com a população pesquisada, exigindo do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas (Piana *apud* Gonsalves, 2001, p. 67).

A observação, a entrevista e o questionário são algumas das maneiras metodológicas empregadas nesta pesquisa para os levantamentos dos dados, no entanto, optou-se, sobremaneira, pela entrevista. A isto Dencker (2000) diz que as entrevistas podem ser estruturadas, constituídas de perguntas definidas ou semiestruturadas, permitindo uma maior liberdade ao pesquisador.

Conceituando o currículo inclusivo e aspectos legais

O verdadeiro sentido de uma escola inclusiva, que coloque no centro das ações pedagógicas um currículo que atenda às particularidades e necessidades especiais dos educandos e das pessoas de modo geral, ainda constitui um elemento de reflexão. Muitas são as indagações em detrimento ao ensino, a formação do professor, o papel da escola, a aprendizagem, etc. Diante dessas reflexões, entende-se que é na legislação, Constituição Federal 1988, a LDB n.º 9.394/96, onde são encontradas as resoluções que ressaltam essa discussão nem sempre extensiva ao chão da escola.

Porém, segundo Glat e Oliveira (2012) o Currículo Inclusivo é aquele que abarca a diversidade de alunado; um currículo dinâmico, flexível, que leva em consideração os diferentes perfis de estudantes. Com esse olhar, e para esse cenário, faz-se necessário acontecer as Adaptações Curriculares (ACs) como sendo os ajustes no currículo para que ele se torne apropriado para o acolhimento da diversidade dos estudantes (Glat; Oliveira, 2012).

De acordo com esse documento, o Ministério da Educação (MEC) publicou, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva - PNEE. Seu objetivo foi estabelecer diretrizes para a criação de políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à inclusão escolar. Uma das principais contribuições dessa medida foi reformular o papel da educação especial por meio do estabelecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), cujo esclarecimento está no (MEC, 2008).

Acrescenta-se a esta discussão também a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, o qual regulamenta a seguridade e promoção do ensino em condições de igualdade, além de ter garantir o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, ou seja, o direito à inclusão social e à cidadania. Essa determinação envolve todos os níveis de ensino da escola regular, seja ela pública ou privada. A Declaração de Salamanca (1994, p. 38), outro documento de relevante observação, dispõe que as escolas devem acolher “todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, ou outras”.

A instituição escolar, enquanto agente que educa crianças, jovens, adultos e idosos precisa oferecer oportunidades para que se tornem cidadãos críticos, reflexivos e atuantes ativos na sociedade; mais do que isto, a escola precisa oferecer oportunidades baseadas na diversidade humana e nas diferenças individuais de seus alunos.

Adaptações Curriculares, o Atendimento Educacional Especializado e as estratégias de ensino na sala regular

Notadamente, as adaptações curriculares desenvolvem possibilidade para atender às dificuldades de alunos com deficiência, ou que demonstrem dificuldades de aprendizagem, favorecendo a assimilação do conhecimento escolar e contribuindo com o processo de aprendizagem. Seguindo uma

tendência internacional, as ações pedagógicas que buscam flexibilizar o currículo para oferecer respostas educativas às necessidades especiais dos alunos, no contexto escolar, são denominadas Adaptações Curriculares, conforme pode-se constatar na definição de estudiosos da área:

Podemos definir as adaptações curriculares como modificações que são necessárias realizar em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas para as quais se aplica. As adaptações curriculares são intrínsecas ao novo conceito de currículo. De fato, um currículo inclusivo deve contar com adaptações para atender à diversidade das salas de aula, dos alunos (Landívar, 1999, p. 53).

Importante ressaltar que o entendimento, quando se fala de adaptações curriculares, remete a uma estratégia de planejamento e de atuação docente no sentido da organização do processo para atender às necessidades de aprendizagem de cada aluno. Adaptações Curriculares, portanto, são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades “educacionais especiais”, o acesso ao Currículo, a participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; a consideração e o atendimento de suas peculiaridades e necessidades especiais, no processo de elaboração” (MEC, 2000).

Diante disso, no Currículo prevalece à ideia de que a flexibilização ou a adaptação curricular sejam prerrogativas para celebrar as diferenças em sala de aula, contrariando a prática tradicional de que todos os alunos aprendem da mesma forma, com as mesmas estratégias metodológicas, com os mesmos materiais e no mesmo tempo/faixa etária (Fernandes, 2006).

Entende-se que as adaptações acontecem para quebrar uma grande barreira de que todos devem aprender ao mesmo tempo, fato que é sabido não ocorrer desta maneira. Todos aprendem, essa é a realidade, mas respeitando o seu próprio tempo e suas possibilidades. Por conta dessas diferenças de aprendizagem de cada aluno, a adaptação curricular é necessária no âmbito escolar, o currículo deve estar organizado para atender as diferenças na perspectiva da igualdade, a fim de potencializar sua aprendizagem, porta para a inclusão (Carvalho, 2004).

Para cumprir então seu papel como lugar de inclusão e respeito às individualidades de cada educando, a escola comum tem que acolher esse público diversificado e, para tanto, ter uma sala de AEE (Brasil, 2008). O AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem, senão, minimizem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Estratégias metodológicas no ensino regular e as adaptações no currículo

De acordo com Bordenave e Pereira (2007), as estratégias estão relacionadas com a forma de oferecer ao aluno oportunidade para viver as experiências desejada, além de constituírem-se em

maneiras de estruturar a atividade, isto é, estabelecer situações de ensino-aprendizagem, em que haja uma alta probabilidade de que certas experiências realmente aconteçam.

Estratégias podem ser definidas como a forma de aplicar ou explorar os meios e condições favoráveis e disponíveis, visando atingir objetivos específicos. Dessa forma, a seleção das estratégias deve levar em consideração o conhecimento do aluno, seu modo de ser, de agir, de estar, além de sua dinâmica pessoal. Em suma, implica o conhecimento das características dos alunos quanto à capacidade de assimilação e quanto às suas características sócio-culturais e individuais (Libâneo, 1994).

Neste sentido, a formação docente para essa modalidade de ensino se faz necessária, aliada à prática pedagógica docente que deve atender às necessidades e particularidades do ensino. Com isso, o professor estará melhor habilitado para desenvolver o processo ensino aprendizagem com vista ao atendimento da necessidade especial do aluno.

De acordo com o artigo 8º do Plano de Diretrizes e Bases da Educação Básica, para legitimação do paradigma da educação Inclusiva a escola deve prover meios para a organização da Classe Comum, de maneira que tenha professores das classes comuns e da educação especial habilitados e especializados, como também, ter no direcionamento das ações flexibilização e adaptação curriculares que puderem conteúdos, além de recursos a serem empregados, contemplando as estratégias de avaliação de modo que esteja alinhado no projeto político pedagógico da escola. (Kassar, 2002, p. 159).

Pode-se observar que no texto anterior é mencionado que as escolas devem estar organizadas para atender aos alunos com algum tipo de necessidade especial, pois somente após essa organização é que teremos uma escola inclusiva. Para tanto, há de começar por seu aspecto físico às adaptações curriculares, as quais devem ser estudadas estratégias que serão empregadas no processo ensino-aprendizagem dos alunos especiais da classe comum da escola.

Resultados e discussões

O estudo foi realizado na Escola Municipal Maçaranduba I, na cidade de Coroatá - Ma, escola esta que tem procurado desenvolver um trabalho de excelência em educação especial oferecendo suportes para que ocorra a Inclusão Escolar. Ainda assim, é pertinente ressaltar que ainda existem determinadas ações a serem melhoradas para que essa Inclusão aconteça de forma mais abrangente.

Para melhor compreensão da dinâmica do local, observou-se que em termos de espaço físico a escola conta com rampas de acessibilidade, desde a entrada do portão até as salas de aulas, banheiros, sala de leitura e sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Estas mudanças ocorreram assim que foram detectados alunos com Necessidades Especiais. A escola, desta forma, buscou ajuda junto aos órgãos competentes para trazer uma sala de AEE para funcionar dentro da escola.

Ainda referente às adequações da escola para atendimento sistematizado e plural de seu quadro discente deve-se pontuar que, de acordo com o Censo Escolar 2020, a escola tem matriculado

645 alunos, distribuídos nos turnos Matutino, Vespertino e Noturno com a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), desses 645 alunos matriculados, 30 alunos apresentam algum tipo de Necessidade Especial. A escola tornou-se referência no município devido a estas estruturas e adaptações curriculares, assim, além de acolher alunos especiais passou a também receber alunos de outras escolas que necessitam de Atendimento Educacional Especializado, haja vista de que suas escolas anteriores não dispunham de sala de AEE.

A matriz curricular conta com a experiência de profissionais capacitados, logo, a escola conta com um quadro de professores com graduação e especialização em determinadas áreas. Destacam-se também, neste íterim, profissionais que atendem na sala de AEE, dentre os quais participaram desta pesquisa o quantitativo de 6 (seis) professores do Ensino Regular, 1 (um) Coordenador Pedagógico e 1 (um) professor do AEE.

Observou-se durante a realização das visitas de campo e entrevistas que os professores se reúnem por bimestre para fazerem seus planejamentos pedagógicos, falavam da dificuldade em como trabalhar com alunos com Necessidades Especiais na sala de aula do ensino regular junto com os demais alunos. As professoras do AEE estão sempre disponíveis para dar algumas orientações para os professores do Ensino Regular no que diz respeito ao tipo de deficiência de determinado aluno.

Com o intuito de coletar as informações com melhor precisão, ou seja, com menos desvios possíveis da realidade local e notar a inclusão de alunos especiais junto aos ditos 'normais' entrevistou-se professores de Matemática 1 (P1), Ciências (P2), Língua Portuguesa (P3), Química (P4), História (P5) e Matemática 2 (P6); uma Coordenadora Pedagógica (CP) e uma professora da sala do AEE (PAEE).

O quadro abaixo esclarece que informações considerou-se relevante destacar quanto às três primeiras perguntas feitas aos professores que participaram da entrevista, como: titulação, tempo de serviço com os anos finais, quantitativo de alunos com necessidades especiais em sala de aula e quais os tipos de deficiências.

Tabela 1. Codificação dos fatores investigados.

Professora (o)	Graduação/ Pós-Graduação	Tempo de trabalho como professor séries finais	Quantidade e qual deficiência dos alunos
P1	Matemática	19 anos	10 alunos/Intelectual e Autismo
P2	Ciências	05 anos	10 alunos/Intelectual e Autismo
P3	Língua Portuguesa	22 anos	10 alunos/Intelectual e Autismo
P4	Química	09 anos	10 alunos/Intelectual e Autismo
P5	Filosofia e História/ Psicopedagogia	16 anos	10 alunos/Intelectual e Autismo
P6	Matemática	11 anos	10 alunos/Intelectual e Autismo

Fonte: elaborado pelas autoras.

Para Ainscow (2008), a inclusão é a transformação do sistema educacional, de forma a encontrar meios de alcançar níveis que não estavam sendo contemplados. Ele compreende essa inclusão

em três níveis: 1º a presença do aluno; 2º a participação do aluno e a 3º a aquisição de conhecimento. Assim, algumas perguntas feitas aos professores e suas respectivas respostas permitiram entender a ocorrência de inclusão ou não na escola, segundo a perspectiva desse autor.

Continuando a pesquisa, foi feita a pergunta de número 04 aos entrevistados: “*os professores do AEE e você desenvolvem planejamentos juntos para atender as necessidades educacionais específicas de cada estudante? Se a resposta for verdadeira, relatar de que forma isso acontece?*”.

Tabela 2. Respostas à pergunta de número 04 da entrevista realizada na escola.

Professor	Resposta
P1	Não, ainda não sentamos juntos pra realizar o planejamento que atende as necessidades de cada aluno.
P2	Não, nunca sentamos juntas para fazer planejamento. Eu que procuro inclui-los em minhas aulas da minha maneira.
P3	Não acontece o planejamento entre nós e o professor da sala de AEE
P4	Não, nunca sentamos juntas para planejar ações voltadas para esses alunos. Mas na maioria das vezes, a forma como os conteúdos são ministrados é a mesma e não é feita nenhuma adaptação. Assim, os alunos com deficiência são excluídos das aulas.
P5	Não. Não é feito nenhum planejamento para o aluno com necessidades especiais entre o professor regular e o professor de AEE. O que é feito é um trabalho de observação do aluno durante as práticas das atividades em sala. Se houver alguma dificuldade de aprendizagem será repassado aos coordenadores que, em seguida, será encaminhado o caso à professora de AEE que usará métodos para confirmar ou não o diagnóstico. Se o diagnóstico for sim, o aluno será atendido pela professora do AEE com atividades específicas.
P6	Não, pois cada um faz seu planejamento sempre com a perspectiva de que possamos entender as necessidades de cada aluno, tanto aluno AEE quanto alunos sem necessidades de orientação mais aprofundada. Contudo faz-se necessário um entrosamento maior entre esses profissionais para que os alunos de ambas situações sejam sempre beneficiados.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Segundo as respostas dos seis professores entrevistados, não existe o momento de interação entre os professores do Ensino Regular com o professor da sala de AEE para realizarem um planejamento direcionado aos alunos com necessidades especiais. No entanto, sabe-se que para acontecer a inclusão dentro da sala de aula essa prática docente seria uma das primeiras ações a serem desenvolvidas pelo professor. Com vista nesta questão Carvalho (2004) menciona que:

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito a equidade. Trata-se de equiparar oportunidades garantindo-se a todos - inclusive as pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver (Carvalho, 2004, p. 16).

Dentro do contexto de equiparar oportunidade é que acontece a educação de qualidade, com o intuito de inserir o sujeito em uma sociedade cada vez mais diversificada que entra no planejamento. Um dos

primeiros desafios do professor é conhecer qual deficiência seu aluno tem para poder fazer um planejamento adequado que vá ajudá-lo a aprender com mais facilidade. Tudo na vida precisa ser planejado, principalmente quando se trata de ações voltadas para uma turma de alunos com necessidades especiais.

Na pergunta de número 05, foi solicitado o seguinte: “*Se sua resposta à questão anterior for sim, relatar quais metodologias são utilizadas para ministrar o conteúdo a todos os alunos ao mesmo tempo*”.

Como todos responderam ‘não’ na questão anterior, então não existem metodologias empregadas pelos entrevistados. Acredita-se que aconteçam somente algumas técnicas individuais para mantê-los ocupados, como cita o P02 em sua resposta na pergunta 04: “nunca sentamos juntas para fazer planejamento. Eu que procuro incluí-los em minhas aulas da minha maneira”, porém sem nenhum planejamento com o professor do AEE. Já o P05 deixa bem claro que o aluno só é observado pelo professor do ensino regular para, posteriormente, ser encaminhado para o professor do AEE (a mesma resposta foi encontrada também na pergunta 04).

Para encerrar a entrevista com os professores a pergunta 06 foi: “*Você sabe como adaptar um conteúdo para alunos especiais? Se a resposta for sim, de que forma você faz essa adaptação?*”.

Tabela 3. Respostas à pergunta de número 6 da entrevista realizada na escola.

Professor	Resposta
P1	Acredito que sim, pois já participei de várias palestras e também já pesquisei sobre o assunto. Sei que para adaptar um conteúdo o professor precisa de organização, análise e uma boa interação com o aluno, pois assim conseguirá fazer uma adaptação que irá atender de maneira positiva o aluno com deficiência.
P2	Não sei, mas tento adaptar o conteúdo de acordo com a capacidade que o aluno tem. Por exemplo: se o aluno não lê, transformo o conteúdo em desenho ou faço perguntas orais.
P3	Não, mas recebemos algumas orientações de professores especializados em Educação Especial que temos na escola, os mesmos atuam na sala de AEE, lugar construído para atender as necessidades especiais desses alunos, o atendimento geralmente ocorre no contraturno. Esses professores especializados se reúnem uma vez por mês como os demais professores para discutirem sobre questões levantadas na reunião.
P4	Não. Procuro promover algumas atividades lúdicas, na tentativa de incluir o aluno com deficiência na aula. Mas, não tenho conhecimento para adaptar os conteúdos de acordo com o tipo de deficiência que o aluno apresenta. Acredito que os professores do ensino regular devem ser capacitados para promover a inclusão de alunos com deficiência ao contexto educacional do sistema de aprendizagem. Mas é preciso que exista um trabalho que envolva a equipe pedagógica, família e toda a comunidade escolar. É muito importante também que o professor da sala regular e o professor do atendimento educacional especializado (AEE) trabalhem juntos, partilhando a responsabilidade pela educação do aluno.
P5	Não, uso só o livro didático, mas acredito que seria necessário a confecção de apostilas abordando esses conteúdos principalmente com imagens que possibilitem a fácil identificação por esse aluno. Temos que ficar atentos a esses alunos, pois o pouco que aprendem é uma vitória para eles, professor (a) e família.
P6	Não sei, tento adaptar, mas dependendo do grau de deficiência do aluno fica quase impossível fazer essa adaptação de conteúdos com os demais alunos. E outra questão é não ter passado por nenhuma formação específica pra que possamos pelo menos diminuir essa distância entre alunos com deficiência e os demais alunos.

Fonte: elaborado pelas autoras.

No intuito de entender se os entrevistados sabem fazer as adaptações curriculares, identificou-se que a maioria respondeu que “*não sabe fazer*”, mas procuram incluir o aluno de certa maneira em suas aulas. O P4 disse: “*Não. Procuo promover algumas atividades lúdicas...*”, quando ele se referia ao lúdico pôde-se entender que seria somente uma atividade diferente que possa ter a participação de um aluno especial.

O lúdico, segundo Sobral (2011), refere-se à construção de uma brincadeira ou jogo por meio da fantasia ou ilusão, conectando a alegria e o prazer a algo que não pertence ao mundo real. De acordo com o autor, lúdico nada mais é do que uma ilusão, mas o P4 realiza essa técnica para tentar incluir o aluno em suas aulas. Somente o P1 disse que “*acredita que sim*”, mas de acordo com a resposta dele logo detectamos que ele tem um certo conhecimento a respeito de adaptação curricular.

Para Cerqueira (2008, p. 18), “as adaptações curriculares visam adequar o currículo às necessidades especiais dos alunos”. Essa adaptação deve acontecer de modo que venha atender tanto os alunos sem e os com Necessidades Especiais, ainda se percebe que muitos professores fazem essa confusão, achando que levar uma atividade diferenciada para aquele aluno com necessidade especial vai estar adaptando conteúdo.

Acompanhando esse raciocínio, González (2007, p.33) diz que “a questão, portanto, não é elaborar dois currículos totalmente diferentes, um regular e outro especial, mas realizar as adaptações necessárias, partindo de um modelo de currículo unificado.” Toda escola que coloca em seu projeto pedagógico uma proposta de currículo inclusivo deve oferecer suporte pedagógico para os professores saberem como trabalhar com alunos com Necessidades Especiais.

De acordo com as respostas dos entrevistados não foram alcançados os níveis na perspectiva do professor Ainscow (2008), que eram a participação e a aquisição de conhecimentos, já que observou-se que eles participavam parcialmente, porque os professores não faziam adaptações curriculares, por conseguinte, os alunos não adquiriram conhecimentos.

No intuito de tornar a pesquisa mais informativa fez-se necessário entrevistar também um professor da sala de AEE. Ver o quadro:

Tabela 4. Respostas das perguntas direcionadas ao professor da sala de AEE.

Perguntas	Respostas
Professora (o)	PAEE
Qual a sua graduação, especialização e quais cursos na área de educação inclusiva?	Pedagogia/Gestão Educacional Integradora, Neuroeducação, Psicopedagogia Clínica e Institucional, Educação Especial/Inclusiva (cursando). Cursos : Educação Especial Inclusiva. Capacitação em Atendimento Educacional Especializado AEE. Aperfeiçoamento em Especial Inclusiva. Dimensões da Não-Aprendizagem. Sala de Recursos Multifuncionais. Aperfeiçoamento em Educação Especial, Deficiência Intelectual e Dificuldades de Aprendizagem. Desenvolvimento Humano e Educação. Psicologia da Educação. Capacitação em Saúde Mental. Neuropedagogia. Básico de Libras. Braille. Capacitação em Alfabetização e Letramento para Crianças Especiais. Estratégias Lúdicas e Educacionais nas Alterações Sensoriais de crianças com TEA. Minimizando Prejuízos.
Quanto tempo você trabalha com alunos público alvo da educação especial? Quais os tipos de deficiência atendidas na sala?	4 anos. Autismo, intelectual e física.
Quantos estudantes são atendidos na sala de AEE? Como acontece o atendimento?	19 alunos/ Os atendimentos acontecem duas vezes na semana, com uma hora de duração.

Fonte: elaborado pelas autoras.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2008), a professora atendia aos quesitos que expressados na sessão sobre formação e atribuições do professor nos seguintes tópicos:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional (Brasil, 2008).

Todo professor da sala de AEE tem suas atribuições, assim como deve ter formação para atuar na área, de acordo com as respostas pôde-se observar que o professor que atuava na Escola Maçaranduba I tinha formação e cursos suficientes para desenvolver um trabalho de qualidade.

Em resumo, entende-se que o papel do professor de AEE era também orientar professores do ensino regular e famílias dos alunos a utilizarem materiais e recursos. Cabiam também a estes mesmos educadores a responsabilidade de promover a formação continuada para os professores do ensino comum, bem como para a comunidade escolar geral. Porém, de acordo com as respostas dos professores entrevistados, não acontecia esse momento entre professores do ensino regular e o do AEE, para fazerem os planejamentos.

Pode-se compreender que o 1º nível que trata sobre a presença do aluno na escola segundo Ainscow (2008), aconteceu na escola em que ocorreu a pesquisa, os alunos estavam matriculados na sala de aula regular e na sala de AEE.

Ainda em relação à entrevista foram feitas mais 3 (três) perguntas para se ter conhecimentos sobre o trabalho desenvolvido pela PAEE na Escola Municipal Maçaranduba I, as mesmas serão apresentadas a seguir na ordem crescente das perguntas 04, 05 e 06.

Tabela 5. Perguntas e respostas das questões 04, 05 e 06 da entrevista realizada na escola.

Perguntas 04, 05 e 06	Respostas
Os professores do Ensino Regular fazem planejamentos adaptados para atender as necessidades educacionais específicas de cada estudante? Se a resposta for verdadeira, relatar de que forma isso acontece?	Não fazem.
Os professores da sala regular conseguem desenvolver as adaptações curriculares que são prescritas no planejamento? Se a resposta for verdadeira, relatar de que forma isso acontece?	Não fazem adaptações, não há dentro do ensino regular qualquer atividade voltada para alcançar de forma significativa os alunos deficientes.
Quais atribuições do professor de AEE são desenvolvidas de forma autônoma na escola? Relatar de que forma acontece.	Somente as atividades desenvolvidas dentro da sala do AEE, planejamento, produção dos recursos utilizados para o AEE, atividades voltadas para atender os alunos matriculados na sala.

Fonte: elaborado pelas autoras.

No documento das Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2008), diz o seguinte em relação as perguntas respondidas anteriormente:

- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (Brasil, 2008).

Analisando as respostas das perguntas 04, 05 e 06, a PAEE respondeu de forma negativa que não houve planejamentos e nem adaptações curriculares nas salas de aulas do ensino regular em parceria com o profissional da sala de AEE, conforme consta no documento das Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, seria função do profissional de AEE mobilizar os professores do ensino regular para fazerem um trabalho em parceria, inclusive a família também deveria fazer parte.

De acordo com Carvalho, as Adaptações Curriculares consistiam em “modificações realizadas pelos professores, suas estratégias de ensino, organizadas às necessidades de cada aluno” (Carvalho, 2010, p. 105). Nesta perspectiva entendeu-se que os professores deviam fazer as Adaptações Curriculares de acordo com a necessidade de cada aluno. Contudo, dentro de uma sala de ensino regular era impossível um aluno que tivesse alguma necessidade especial aprender no mesmo espaço de tempo e com as mesmas metodologias usadas para um aluno dito ‘normal’.

A pesquisa foi finalizada com a entrevista realizada com uma das Coordenadoras Pedagógica (CP) da escola, explicando como era o trabalho dos professores em relação às Adaptações Curriculares.

Tabela 6. Perguntas e respostas da entrevista realizada na escola com a coordenação pedagógica.

Ordem	Perguntas	Respostas
01	Qual a sua Graduação e função dentro da Escola?	Licenciatura em Letras / Especialista em Gestão e Supervisão Escolar. Coordenadora Pedagógica.
02	Na escola que você trabalha tem alunos com deficiência? Se a resposta for verdadeira, relatar a quantidade e quais os tipos de deficiência?	Sim, informado no censo escolar são uns 30 alunos divididos nos turnos matutino, vespertino/ autismo, intelectual e física.
03	Os estudantes da escola fazem atendimento na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Se a resposta for sim, relatar se o atendimento é na escola que o aluno estuda ou não.	Sim, os alunos são atendidos em uma sala específica para o atendimento educacional especializado na própria escola.
04	Os professores do AEE e do Ensino Regular fazem planejamentos juntos para atender as necessidades educacionais específicas de cada estudante? Se a resposta for verdadeira, relatar de que forma isso acontece?	Não, os planejamentos são feitos bimestralmente, com professores do ensino regular e os professores do AEE, porém cada um faz seu planejamento separado.
05	Os professores da sala regular conseguem desenvolver as adaptações curriculares que são prescritas no planejamento? Se a resposta for verdadeira, relatar de que forma isso acontece.	Não, pois não são prescritas adaptações curriculares no planejamento, ainda são resistentes e esperam apenas pela atuação do professor do AEE.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Na pergunta 04, a CP disse que os professores do AEE e do Ensino Regular não faziam planejamentos juntos. Referente a esta questão, as respostas dos professores e do professor de AEE também afirmaram o mesmo fato.

Em relação às Adaptações Curriculares, a CP disse na resposta da pergunta 05 que os professores ainda resistiam em adaptar suas atividades, fato que se sugestia ocorrer pelas dificuldades em fazer sem o auxílio devido do profissional do AEE.

O trabalho planejado entre o professor do AEE e o professor da sala de aula regular de ensino está previsto na Resolução 2/2001, que define Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica e determina um tempo para realização desta função primordial, e confirmada pela Resolução nº 4/2009, que também define as atribuições do professor especializado, dentre as quais cita o trabalho colaborativo com a sala de aula comum (Brasil, 2009).

Sabe-se que os desafios dos docentes são grandes para que ocorra de fato a inclusão escolar. Existem documentos que mostram que todos têm direitos de aprender, mas deve-se procurar compreender que para acontecer esse processo o professor precisa ser auxiliado por profissionais que entendam do assunto para, posteriormente, saber como fazer as adaptações curriculares. Só após esse trabalho colaborativo é que o professor será capaz de desenvolver suas atividades pedagógicas com mais segurança.

De acordo com Minetto (2008, p.64), entende-se que adaptações curriculares são “[...] toda a organização de estratégias educativas que ajudem, facilitem e promovam a aprendizagem do aluno por meio da flexibilização do currículo, independente da dimensão”.

Assim, de acordo com o autor as Adaptações Curriculares são todas as organizações de estratégias, logo, quando um professor busca meios para compreender esse processo automaticamente os resultados irão aparecer. Assim, qualquer alteração que for feita no currículo é uma adaptação, pois certos assuntos que irão ser trabalhados em sala de aula comum que tenha alunos com Necessidades Especiais poderão sofrer possíveis adaptações para que ocorra o aprendizado de modo geral na sala de aula.

Considerações finais

Por fim, após estudos com revisão de literatura e entrevistas realizadas com seis (06) Professores do Ensino Regular, um (01) Coordenador Pedagógico e um (01) Professor do AEE, concluiu-se que na Escola Municipal Maçaranduba I as Adaptações Curriculares aconteciam parcialmente, porque os professores do ensino regular não faziam seus planejamentos com o professor do AEE para que fosse trabalhado corretamente o conteúdo. O que estava acontecendo eram ações isoladas pelos professores do ensino regular no intuito de inserir os alunos com necessidades especiais no processo ensino aprendizagem.

Essa prática de Adaptação Curricular dentro do ensino regular deveria acontecer em parceria com o professor do AEE, porém o mesmo ainda não tinha conhecimento que era de sua responsabilidade essa praxe, em estar reunindo-se com os professores do ensino regular para dar orientações e ajudá-los em seus planejamentos.

Nas respostas do Coordenador Pedagógico observou-se que não acontecia essa interação entre professores do ensino regular e professor do AEE, no que diz respeito ao planejamento das ações a serem trabalhadas na sala de aula comum. No dia das reuniões de planejamento bimestral cada um fazia seu plano de maneira individual, porque a equipe pedagógica da escola não conhecia as atribuições do professor de AEE, sendo que o mesmo tinha como uma de suas atribuições: articular estratégias com o professor do ensino comum para contribuir no aprendizado dos alunos com necessidades especiais.

Outro ponto importante relatado pelo Coordenador Pedagógico, foi quando ele mencionou que os professores do ensino regular ainda apresentavam resistência em fazer adaptações curriculares.

Com vistas nestes pareceres há de se refletir que, para uma escola ser inclusiva, não basta só ter estrutura física e matricular alunos que apresentem alguma deficiência, esse é o primeiro passo dentre outros que precisam ser revistos. A prática pedagógica precisa ser discutida pela direção, coordenação e professores, para que aconteça de fato a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola.

Referências

AINSCOW, M. Portal do Governo do Estado de São Paulo. **Processo de inclusão é um processo de Aprendizado**. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br.html>. Acesso em: 09 nov. 2020.

BORDENAVE, J.D; PEREIRA, A.M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

BRASIL. **Resolução nº4, de 2 de outubro de 2009**. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

CARVALHO, Rosita Edler Carvalho. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CARVALHO, Rosita Edler Carvalho. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

- CERQUEIRA, M. B.; VIÉGAS, R. F.; SILVA, D. de O. S. A temática da inclusão na produção acadêmica. **Pesquisa em debate**, esp., p.1-24, 2009. Disponível em: http://www.pesquisaemdebate.net/docs/pesquisaEmDebate_especial1/artigo_2.pdf. Acesso em: 07 nov. 2020.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DECLARAÇÃO de Salamanca**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994.
- DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisas em turismo**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN Y. S. **O planejamento de pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FERNANDES, D. Para uma teoria da avaliação formativa. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 19, n. 2, p. 21-50, 2006.
- GONZÁLEZ, E. A. Educação especial: conceito e dados históricos. In: GONZÁLEZ, E. (Org.). **Necessidades educacionais específicas**. Porto Alegre: ArtMed, 2007.
- GLAT, Rosana. OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes. **Adaptação Curricular**. Disponível em: http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/pdf/Adaptacao_curricular_pt.pdf, 2012. Acesso em: 21 out. 2020
- KASSAR, Mc. M. Políticas Nacionais de Educação Inclusiva-Discussão crítica da Resolução nº 02/2001. **Revista Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 3, 2002.
- LANDÍVAR, J. **Adaptaciones curriculares**. Guia para los profesores tutores de educación primaria y de educación especial. Madrid: [S.l.], 2002.
- LIBÂNEO, J. Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MINETTO, M. F. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2 ed. Curitiba: Ibpx, 2008.
- MYNAIO, M. C. S. Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos. In: GERHARDT, Tatiana Engel.; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2009.
- PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: EdUNESP; Cultura Acadêmica, 2009.
- SOBRAL, Alissandra S. S. *et al.* **A Ludopedagogia como Instrumento Pedagógico: o papel do professor nesse contexto**. Sergipe: [S.l.], 2011.